

# Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida

Bruno Azevedo Prado

Claudemar Mattos

Annelise Caetano Fraga Fernandez

A agricultura da cidade do Rio de Janeiro possui um largo histórico. Embora hoje relegada a um papel menor, ocupou muito da área denominada de Zona Oeste do município, que por muito tempo foi polo de abastecimento agrícola da capital. A região ainda apresenta resquícios de um passado rural que se confirma pela forma com que outrora fora conhecida: o *sertão carioca*. Entretanto, se nos ativermos à ideia de *resquícios* da agricultura, retendo na mente apenas a imagem do urbano, deixamos de perceber o processo de fortalecimento de experiências e práticas agroecológicas que são reinventadas e ganham espaço na região a partir do protagonismo dos agricultores e das várias redes que constroem e às quais recorrem.

A Zona Oeste carioca vem sendo alvo de forte expansão urbana e especulação imobiliária, sobretudo em função das grandes obras dos megaeventos que despontam no futuro próximo da cidade. É importante lembrar, porém, que, apesar das feições urbanas e industriais, a atividade agrícola persiste na região e detém relevância econômica e social para a manutenção de famílias de agricultores que lutam para manter suas territorialidades e modos de vida específicos. É lá onde centenas de famílias de agricultores têm estabelecido como meio de vida a produção e a comercialização de bananas e caquis, aipim e hortaliças, além de uma série de outros frutos e verduras da região, como a taioba e a bertalha, alimentos tradicionais que vêm reaparecendo no cardápio carioca.

Muitas dessas famílias, que estão na região há mais de um século e dependem da renda das atividades agrícolas, vêm sofrendo com a expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado e, sobretudo, com as restrições de órgãos ambientais, orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença humana e a conservação da natureza. Muitas já venderam suas propriedades que hoje se transformaram em grandes condomínios residenciais, aumentando fortemente o impacto ambiental na região.

Mas é também na Zona Oeste, especificamente no Maciço da Pedra Branca, que agricultores e agricultoras têm se mobilizado em busca de reconhecimento da prática agrícola realizada em espaços da cidade e sua inserção no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Entre os resultados desse processo de mobilização, destacamos o fortalecimento de organizações como a Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca em Rio da Prata (AgroPrata), a Associação de Agricultores de Vargem Grande (AgroVargem) e a Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (Alcri), bem como a formação de parcerias e sua inserção em redes com universida-

des, entidades de assessoria, grupos de consumidores e a Rede de Agricultura Urbana, entre outros atores. Dessa forma, vai-se recriando um desenho do mapa da agricultura na cidade do Rio de Janeiro e aumentando o repertório das atividades e estratégias a que esses agricultores recorrem na manutenção de seus modos de vida. A participação em circuitos de feiras orgânicas, no caso da AgroPrata, tem permitido levar a outros espaços da cidade produtos da agricultura da Pedra Branca, entre eles, o vinagre de caqui e a banana e o caqui-passa orgânicos, novidades desenvolvidas localmente pelos agricultores. Já o cultivo da banana e de outras culturas em meio a remanescentes de Mata Atlântica pela AgroVargem proporcionou recentemente a emissão da primeira *Declaração de Aptidão ao Pronaf* (DAP) entre esse grupo de agricultores. O reconhecimento de saberes tradicionais em relação às plantas medicinais, dentro do contexto de implantação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, também tem fortalecido e reunido os agricultores da Alcri, assim como os das outras associações.

As experiências de agricultura na cidade do Rio de Janeiro acompanham o fenômeno da invisibilidade que atinge todo o campesinato brasileiro. Tal condição de ausência de reconhecimento da existência de modos de vida camponeses foi construída por discursos que, embasados nos dados de



Beneficiamento do caqui para produção do vinagre e do caqui-passa na AgroPrata, no bairro de Campo Grande (RJ)

que mais da metade da população mundial vive em espaços urbanos desde 2007, alardeiam que o século XXI marca o momento da implantação dos megaprojetos. Entretanto, as diversas experiências de fortalecimento da agricultura nos fazem perceber que há muito mais camponeses do que nós imaginamos ou queremos admitir, mesmo nas cidades e nos espaços mais urbanizados.

### Os lugares da agricultura no cenário carioca

Com uma população de 6.320.446 habitantes (IBGE, 2010), o Rio de Janeiro é a segunda maior cidade brasileira e a quarta da América Latina. A cidade estende-se 70 km de leste a oeste e 44 km de norte a sul, abrangendo uma área de aproximadamente 1.200 km<sup>2</sup>, que inclui ilhas e águas continentais. Oficialmente, a cidade é dividida em 32 regiões administrativas perfazendo um total de 159 bairros. Conhecido por sua beleza natural exuberante e outros grandes atrativos turísticos, o Rio de Janeiro é provavelmente a cidade brasileira mais famosa mundialmente. Seu relevo se caracteriza pelos contrastes de montanhas e mar, florestas e praias, além de planícies extensas e paredões rochosos. Os dois grandes maciços que a cidade apresenta, o Maciço da Tijuca e o Maciço da Pedra Branca, têm, respectivamente, 1.022m e 1.025m de altitude e neles se localizam unidades de conservação de proteção integral, nomeadamente, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca. Este último, localizado na Zona Oeste da cidade, possui 12.394 hectares e consiste na maior reserva florestal localizada em área urbana do mundo.

A invisibilidade da agricultura no Maciço da Pedra Branca foi reforçada pelo fato de que, em 1974, uma parcela substantiva do território foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca.<sup>1</sup> A partir dessa data, a veiculação de representações e imagens desse espaço como uma floresta intocada se tornou dominante, o que favoreceu o esquecimento da história da ocupação agrícola do maciço e o não reconhecimento da luta dos produtores locais pelo direito de permanecer nesse território, conciliando suas práticas agrícolas com a conservação da natureza.

Para os agricultores do maciço, as restrições impostas pela legislação ambiental que rege o parque aumentaram as dificuldades já vividas frente às mudanças nas relações de produção e de mercado na cidade. No entanto, de um modo que não se poderia prever, a existência dessa área protegida acabou por preservar a agricultura local de um processo mais amplo de urbanização e expropriação dos pequenos produtores. Na atualidade, pode-se dizer que o PEPB é um espaço de conservação da natureza, mas também de reprodução de uma pequena agricultura que vem construindo valores agroecológicos locais. Na luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, os agricultores do Maciço da Pedra Branca procuram mostrar como suas práticas agrícolas podem ser conciliadas com os objetivos da conservação da natureza.

<sup>1</sup> Entre outros objetivos, a criação do PEPB pretendia garantir a preservação dos mananciais que abasteciam e abastecem a Zona Oeste da cidade Rio de Janeiro.



Entretanto, o espaço de vida dos agricultores ultrapassa as fronteiras do parque e seu entorno. Construindo circuitos curtos de mercado, sua produção é direcionada para feiras orgânicas e feiras das roças agroecológicas, pontos de comercialização locais e venda direta de porta em porta. Essa produção vem ganhando reconhecimento e valor por sua especificidade. É também se organizando em redes e grupos informais para além das associações que os agricultores vêm garantindo a entrada em novos espaços e fortalecendo a Agroecologia na cidade, o que pode ser sinalizado pela recente eleição de um agricultor da AgroVargem e de uma agricultora da AgroPrata como membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (Consea-Rio).

### Reconhecimento: primeiro passo para o acesso às políticas públicas

A agricultura praticada nas cidades pode ser expressa de formas bastante heterogêneas: o cultivo em pequenos espaços para consumo próprio ou lazer; os quintais e hortas urbanas individuais ou comunitárias nas escolas e igrejas; os sítios nas áreas consideradas no Plano Diretor da cidade como urbanas ou aqueles em áreas de crescente urbanização. Todas essas formas constituem práticas que reconectam os moradores urbanos aos diferentes ritmos da natureza, gerando sociabilidades que se distinguem do isolamento e do individualismo na maioria das vezes marcantes nas grandes cidades. A existência e a permanência do fenômeno da agricultura urbana como uma atividade desempenhada por muitas pessoas, contudo, desafiam aqueles que a veem como um paradoxo ou uma moda passageira. Sua heterogeneidade também consiste num desafio ainda maior para os formuladores de políticas públicas que, hoje, pouco têm conseguido contemplar as demandas da atividade

da produção agrícola no entorno dos aglomerados urbanos do Brasil.

É diante desse contexto que os agricultores da AgroVargem, da AgroPrata e da Alcri, bem como os de outras regiões da Zona Oeste do Rio de Janeiro, têm enfrentado dificuldades para acessar programas direcionados à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Embora a maioria se enquadre nos critérios exigidos para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) – instrumento necessário para o acesso aos programas governamentais –, o fato de terem um modo de vida mais próximo à realidade da metrópole muitas vezes acaba fazendo com que não sejam considerados produtores rurais aptos a obter tal documento.

Buscando superar o desafio de obtenção das DAPs e atender aos direitos e demandas desses agricultores, a Rede de Agricultura Urbana articulou uma



Colheita do caqui em Rio da Prata, no bairro de Campo Grande



parceria que envolveu não só agricultores, mas também participantes de três projetos de assessoria— Projeto Semeando Agroecologia, da AS-PTA, Profito Pedra Branca, da Fiocruz, e o Programa de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca, vinculado à Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) – e da Rede Ecológica (grupo de compras coletivas de produtos orgânicos). Tal iniciativa recebeu a denominação de *Mutirão Pró-DAP*.

Esse grupo, reunido a partir de outubro de 2011, elaborou algumas estratégias e definiu um plano de ação que tem como diretriz orientar os agricultores sobre o acesso a esse direito. O plano envolveu a realização de um breve diagnóstico da propriedade de sete agricultores, de um total de cerca de 120 que plantam em áreas agrícolas do Maciço da Pedra Branca. Entre eles, foram levantadas as informações que poderiam enquadrá-los nos critérios de emissão da DAP: a documentação e o tamanho da propriedade; o local de moradia; a mão de obra utilizada; e a composição da renda. Os resultados apontaram que cinco agricultores têm a renda exclusivamente oriunda da atividade agrícola, enquanto que, no caso dos demais, a renda agrícola representa cerca de 90% dos ingressos familiares. A renda média proporcionada pela atividade agrícola no ano de 2011 foi de cerca de R\$ 33.500,00.

Com esse diagnóstico, e em companhia dos agricultores, o Mutirão Pró-DAP procurou o escritório local do órgão estatal de Ater em Campo Grande, bairro do Rio de Janeiro. O intuito foi estabelecer uma relação de diálogo que possibilitasse a emissão dos documentos, tendo em vista que, com exceção de problemas de documentação da titularidade da terra de alguns agricultores, os demais critérios para emissão da DAP são contemplados por todos os sete produtores. Dessa forma, os agricultores foram orientados sobre a adequação da documentação e os procedimentos necessários para que suas DAPs fossem regularmente emitidas. Essa estratégia de ação em rede resultou, no mês de junho de 2012, na garantia de emissão de pelo menos três DAPs, um número pequeno diante das centenas de agricultores familiares da cidade do Rio de Janeiro, mas que sinaliza um novo horizonte de possibilidades para o fortalecimento desse segmento invisibilizado.

## Considerações finais

As experiências aqui relatadas consistem em uma das expressões da agricultura nas cidades. Fenômeno bastante diverso, a agricultura nas áreas urbanas e periurbanas nos faz atentar não somente para as circunstâncias nas quais as pessoas praticam a agricultura, mas, de modo mais importante, para as razões e motivações que as levam a construir estratégias de fortalecimento e reconhecimento que envolvem dimensões sociais, políticas e ambientais (MOUGEOT, 2005). No caso dos agricultores do Maciço da Pedra Branca, essas estratégias se refletem no sistema de produção que leva em consideração os limites e as potencialidades do uso dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que mantém a integridade dos fragmentos de Mata Atlântica na área urbana. Cumpre ainda ressaltar como a organização desses produtores em associações e redes recriam sociabilidades e permitem uma maior participação em diferentes espaços e esferas institucionais na busca por visibilidade no âmbito das políticas públicas



Agricultores da AgroVargem no ponto de comercialização no bairro de Vargem Grande, Rio de Janeiro

voltadas para a agricultura familiar. Certamente esses são casos que demonstram a necessidade de as políticas reconhecerem a heterogeneidade e a especificidade dos diferentes caminhos do desenvolvimento da Agroecologia no País.

**Bruno Azevedo Prado**  
mestrando do CPDA/UFRRJ e participante do Projeto de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca/UFRRJ  
braprado@yahoo.com.br

**Claudemar Mattos**  
engenheiro agrônomo, mestre em Ciência Ambiental, assessor do Projeto Semeando Agroecologia da AS-PTA e membro da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro  
claudemar@aspta.org.br

**Annelise Caetano Fraga Fernandez**  
doutora em Sociologia e Antropologia, professora da UFRRJ, coordenadora do Projeto de Extensão Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais dos Agricultores da Pedra Branca  
annelisecff@yahoo.com.br

## Referências bibliográficas:

MOUGEOT, L. J. A. (Ed.) **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Earthscan/IDRC, 2005.